

AVALIAÇÃO: MITO E DESAFIO, UMA NOVA POSTURA PEDAGÓGICA PARA A ESCOLA CIDADÃ

Luiz Roberto Prandi*

Márcio Grama Hoepfner**

Vera Helena Urquiza de Castro Oliveira***

PRANDI, L. R.; HOEPFNER, M. G.; OLIVEIRA, V. H. U. C.: Avaliação: mito e desafio uma nova postura pedagógica para a escola cidadã. *Akrópolis*, 13(3): 119-123, jul./set., 2005.

RESUMO: O ato de educar e avaliar o aluno, durante a sua formação se mostra complexo. À escola compete a função de formar o cidadão, considerando o contexto social, político e econômico em que está inserida. Nesse processo, a figura do professor educador é de grande importância, e para guiar e orientar seus alunos a avaliação é uma ferramenta a ser utilizada. Entretanto, que instrumentos utilizamos para avaliar, o que avaliar e a quem avaliar? São perguntas que hoje levam a escola ao exercício de novas práticas pedagógicas, nas quais a escola, ou comunidade e a sociedade juntas, discutem até que ponto conseguem desenvolver nos alunos, qualidades pessoais, atitudes cívicas, respeito ao próximo e a capacidade de trabalhar em equipe. Portanto, sabedores do quanto a educação precisa mudar, quanto à escola precisa diversificar sua forma de ensinar o aluno a ser e a fazer, bem como, todos os que com a educação estão envolvidos, este trabalho propõe discutir o papel da escola e da sociedade na formação do cidadão.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, educação, ensino-aprendizagem, cidadão, avaliação.

EVALUATION: MYTH AND CHALLENGE, A NEW PEDAGOGICAL BEHAVIOR FOR THE CITIZEN SCHOOL

ABSTRACT: The act of educating and evaluating the student, during its formation is complex. The function of forming a citizen belongs to school, considering the social, political and economic context, where it is inserted. In this process, the figure of the educating teacher is very important and, to guide and to direct the students, the evaluation is a tool to be used. However, what instruments we use to evaluate, what to evaluate and who to evaluate are current issues that lead the school to the exercise of new pedagogical practices, in which the school and the community/society argue until they manage to develop in the students, personal qualities, civic attitudes, respect to the others and the capacity to work as a team. Therefore this work aims at discussing the school's and the society's role in the citizen formation, because it is known that the education has to be changed, the school needs to vary its form of teaching the student how to be and how to act, as well as all the ones that are involved with it.

KEY WORDS: School, education, teaching-learning process, citizen, evaluation.

Introdução

A avaliação representa um dos pontos mais importantes para o alcance de uma prática pedagógica competente, já que direciona as demais etapas do processo ensino-aprendizagem.

Poucas vezes os professores se questionam a respeito de “por quê” e “para quê” avaliam; somente utilizam a avaliação com a finalidade de atribuir notas aos alunos; raramente usam estas notas para, a partir delas, tomar decisões a respeito das atitudes que devem ser modificadas para que a aprendizagem se realize de forma efetiva.

Para Luck (1985), a função administrativa que a avaliação assume, centrada na nota, torna esse processo uma operação matemática manipulada, como se nada tivesse com o processo ensino-aprendizagem.

Em nossas escolas não deveria haver mecanismos seletivos, nem classificatórios. A escola deveria permitir ao aluno, caminhar, e construir seus conhecimentos de acordo com suas próprias características, enquanto que a avaliação deveria ter a finalidade de informar e dar consciência ao professor de como os alunos estão caminhando neste processo, para reorientá-los, bem como, orientar o aluno a se

auto-avaliar constantemente para o seu aprimoramento.

A avaliação deve ser uma comparação entre os resultados esperados e os obtidos, isto é, entre o que se esperava que o aluno aprendesse e o que realmente ele aprendeu, para que se torne um processo contínuo de pesquisa a respeito das habilidades e atitudes dos alunos e provoque mudanças de comportamento. Para isso é importante avaliar o aluno no cotidiano, para que a avaliação deixe de ser um momento especial do ano letivo, cujos resultados são esperados para serem utilizados unicamente nas decisões sobre promoção ou retenção dos alunos.

A conscientização do professor é extremamente importante para que seu papel e sua forma de atuar possam nortear as mudanças necessárias, para assim reestruturar a sua sistemática de trabalho, sobretudo com a parcela majoritária da população estigmatizada como carente culturalmente. É fundamental que se reconheça no mundo do trabalho adentrado à escola, percebendo-se então, como um trabalhador capaz de sentir seu aluno como trabalhador-estudante.

Quando analisados profundamente os problemas enfrentados atualmente pelas escolas, sejam eles a evasão escolar, repetência, indiferença dos alunos, e mesmo os problemas de indisciplina, vamos detectar como uma das

*Doutor em Ciências da Educação. Coordenador de Programas Especiais do Ensino Superior – UNIPAR

**Doutor em Dentística Restauradora. Professor e Coordenador do Curso de Odontologia - UNIPAR – Campus – Umuarama – Sede

***Aluna do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior – UNIPAR

Endereço: Praça Mascarenhas de Moraes, s/ n° - CEP 87502-210 – Umuarama – Paraná.

principais causas a falta de motivação que tem por sujeito causador a forma de avaliação.

O aluno vê-se despreparado para alcançar os objetivos das provas, não compreende as razões por que deve desprezar o que já sabe e nem entende porque tem que aprender isto ou aquilo, sem contar o medo da reprovação. Todos estes fatores irão criar uma desmotivação, o aluno sente-se desestimulado e acaba deixando-se levar pelas atitudes impulsivas, seja de abandonar, faltar ou mesmo não considerar como sérios, os conteúdos repassados pelo professor.

Avaliação Educacional – Possibilidade de Conceituação

A avaliação na última década, viveu o momento de mudança de paradigma que a psicometria na sua origem se baseou na teoria da inteligência, e a construção dos testes partiu de um modelo comportamental de aprendizagem; a avaliação procura se estruturar com base na compreensão das teorias da aprendizagem. Examinando-se a evolução histórica, observa-se que o seu trabalho inicial partiu de uma concepção de inteligência com uma característica inata e fixa no ser humano, e da possibilidade de medi-la por intermédio de instrumentos especialmente construídos para esse fim (Vianna, 1998).

A avaliação moderna, com vistas a fornecer elementos para a orientação da aprendizagem, parte do princípio de que o indivíduo pode desenvolver e aumentar a sua capacidade de aprender, pois, a mesma vem sofrendo uma transformação radical com a mudança da cultura da prova para a cultura da avaliação. Seus objetivos, antes restritos ao rendimento do aluno, buscam outras dimensões como as de auxiliar o ensino e orientar a aprendizagem; obter informações sobre o aluno, o professor e a instituição educacional, além de servir como um instrumento para certificar a capacitação do aluno.

A avaliação é sempre um desafio, sobretudo quando devemos nos afastar de paradigmas que não mais permitem lidar com os problemas atuais, novas conceituações e posicionamentos se fazem necessários. Nessa abordagem crítico-humanista, pensamos na avaliação cognitiva articulada com a qualidade de ensino, buscando um aprimoramento do processo, compreendendo conteúdos significativos, integrados e dinâmicos. No modelo que acreditamos a avaliação vem estreitamente relacionada com a participação, entendida como processo ativo, crítico, criativo, conjunto, solidário e transformador.

Em uma perspectiva inovadora, a avaliação cognitiva vem enlaçada à condição existencial do aluno, numa relação dialética cognitiva-afetiva promovendo a aprendizagem como construção do conhecimento, constituindo-se em atividade produtiva, crítica e criativa, viabilizada, fundamentalmente pelo diálogo e pela utilização de objetivos bem elaborados.

Os objetivos do ensino devem, portanto, responder e representar comportamentos na área motora, afetiva e cognitiva. Ao construir um instrumento de medida, o professor selecionará as questões que meçam esses objetivos com precisão e eficiência, pois para cada categoria de objetivos haverá tipos mais adequados de medida.

Como os objetivos de ensino variam, é evidente que mudarão também as formas de medir esses objetivos. Na realidade o importante é: que tipo de instrumento é melhor para medir o que se pretende medir? O critério para

determinar se o instrumento de medida é bom ou mal, é a adequação aos objetivos que pretende medir.

Conforme observa Azanha (1995), não existe nenhuma garantia de que ao final de um ano letivo, o professor tenha condições de avaliar se seus alunos estão ou não aptos a serem encaminhados para a próxima série.

Fica evidente nos depoimentos que os avaliadores, apesar de não concordarem com os critérios de avaliação definidos no regimento padrão, realizam uma prática de avaliação escolar que, segundo Luckesi (1986), estipula a função classificatória do ato de avaliar com base no julgamento comparativo do aluno no grupo. Almeida (1993), completa dizendo que “as classificações são registradas em notas e, por isso, podem ser somadas e divididas. Portanto, não constitui recurso para repensar a prática pedagógica, mas exclusivamente um meio para estratificá-la”.

Uma das críticas mais constantes que se faz às práticas avaliativas vigentes nestes últimos anos, consiste no uso de instrumentos aplicados a objetos isolados e que conduzem a uma visão parcial e fragmentada da realidade. Dessa forma, eles não estariam dando conta da riqueza e da complexidade da educação, nem do sistema e tampouco de uma instituição educativa, ficando descaracterizada a objetividade da avaliação.

Escolas e Oportunidades

Atualmente, no Brasil, a escola pública atravessa grande crise como reflexo da sociedade em que está inserida. O povo brasileiro vive momentos de instabilidade política e econômica, desgovernos, erros, corrupção, máquina administrativa emperrada dos altos níveis, enfim, um quadro político que traz conseqüências graves no campo social, que por sua vez recai sobre a escola atual. Observa-se que a estruturação escolar foi montada para atender alunos de uma classe média para alta, professores formados para atender alunos de nível bom e ótimo, programas educacionais específicos para essa clientela e, de repente, percebemos que a massa popular despreparada chegou à escola pública.

A pobreza e a miséria atingem milhões de brasileiros, a escola e sua estrutura são insuficientes para conviver com a nova clientela escolar. Portanto, diante da nova realidade, vê-se que a escola hoje passa pela reflexão das práticas pedagógicas nela desenvolvidas. De acordo com o artigo 205, da Constituição Federal de 1988, que consolida o direito à educação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Enquanto que o artigo 206, da mesma Constituição Federal, diz que: **O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para acesso e permanência na escola.**

A lei existe para garantir o acesso e a permanência na escola de todos os alunos em idade escolar, da mesma forma obrigatória dos 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos de idade a todos os brasileiros. A lei existe, mas a realidade está bem distante de ter condições de atendê-la.

A evasão e a repetência são os mecanismos complicadores da progressão dos alunos na escola atual. Se

legalmente a escola é feita para todos os brasileiros, então se faz necessário dar oportunidades a todos, independente de sua classe social. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, item VII, dispõe: *Atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde.*

A lei, neste item, coloca o auxílio total para que o aluno carente consiga estudar. Então, a escola deverá dar oportunidade ao aluno de ingressar e permanecer nela, atendendo suas necessidades fundamentais, visto que sua estrutura familiar não é satisfatória.

A escola precisa dar oportunidade para o jovem preparar-se culturalmente para ser cidadão do amanhã, ao contrário haverá maior progressão na miséria, fome, desemprego, sub-emprego, alcoolismo, drogas, prostituição, etc. Diante da nova conjuntura, se faz necessária uma reflexão das práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola.

A escola hoje, tem que conscientizar-se de sua nova posição diante da sociedade atual, não se pode mais viver alienada de sua comunidade e do meio social. Precisa tornar-se como uma fonte de ação para resgatar os cidadãos em seus direitos de brasileiros, pois ela é a mola mestra que auxiliará a grande maioria a sair deste estado social miserável em que vivem, onde cada pessoa terá que se auto-esforçar para construir sua própria história e ocupar um lugar digno, em uma sociedade mais justa e igualitária.

Entende-se que há muitos aspectos em que a escola terá que se reposicionar, tais como: construir realmente o conhecimento para o aluno caminhar em progressão na área escola, desenvolvendo novas metodologias de acordo com a realidade de cada educando, tendo assim uma nova concepção do progresso avaliativo.

Todos os professores deverão ser sensibilizados para uma avaliação democrática e conhecer a realidade social de cada aluno trabalhando em conjunto: Escola, Família e Comunidade. Perceber todas as deficiências e dificuldades dos professores em suas práticas pedagógicas: métodos, técnicas didáticas, manejo da sala, formas de avaliação, conhecimento da realidade social dos alunos, assumindo o comprometimento com a comunidade escolar, engajando-se com a comunidade no novo processo educativo. Repensar a avaliação em conjunto com todos os professores da escola, em suas respectivas áreas de atuação, buscar a qualidade do ensino e a melhoria da qualidade de vida do aluno. Entender que apenas testes ou provas elaborados as pressas, sem consciência, apenas para preencher uma nota bimestral, precisam ser abolidas. Os professores precisam avaliar toda a prática escolar e pensar seriamente em novos mecanismos para avaliar o seu aluno, como também o resultado do seu trabalho, o sucesso ou fracasso de seus métodos e técnicas com as turmas, o manejo de sala com alunos-problemas, carentes, trabalhadores, com saúde precária, etc.

A escola deve preocupar-se com a permanência dos alunos de qualquer origem social, sem preconceitos, entendendo que o direito deve ser de todos e que o ensino ministrado deve abranger a todos, buscando alternativas de se ensinar, aplicar métodos, avaliar, reeducar, sendo criativa, atuante, participativa e envolvendo-se com a comunidade onde está inserida, de forma a conscientizar o corpo docente da necessidade de compreender que sua atuação na

escola deve ser repensada diante da nova realidade social que se apresenta. Assim, devem ter participação social, envolvimento com a comunidade, entrosamento com os pais, propor soluções aos problemas, ter entendimento pessoal com o ser humano que está para aprender, descobrir um novo relacionamento humano dentro do ambiente escolar, compreender sua posição estratégica na ação global de resgate das classes populares ao saber.

Deve haver uma conscientização geral de que a escola existe para o sucesso e não para o fracasso, existe para ensinar e resgatar o saber, para fazer o aluno permanecer, aprender de fato, ser avaliado com grande responsabilidade, como regra geral, mostrando eficácia escolar.

O educador está na escola para levar o aluno ao sucesso, à realização pessoal e realmente entender a importância da escola para a formação de sua personalidade e sua cidadania plena. Por sua vez, a escola precisa acabar com a avaliação permissiva, condescendente, facilitadora, que descompromete o professor e o aluno de sua responsabilidade, podendo desenvolver e implementar ações conjuntas, tais como: uma discussão ampla com todos os professores, alunos e pais, sobre a realidade escolar atual, em todos os aspectos e níveis, e o levantamento de todos os problemas dentro do contexto geral escolar; buscar a formação de grupos de estudos por área; montar projetos de ação para atuar de forma específica em todos os níveis; discutir metodologias de ensino; modos de avaliação; mecanismos de observação direta dos alunos; modos de praticar a interdisciplinaridade; desenvolver trabalhos integrando a escola a comunidade; encontro com os pais; reuniões pedagógicas; cursos aos pais; projetos de recuperação dos alunos com deficiências na aprendizagem; troca de experiências no manejo de sala de aula; elaborar atividades variadas com alunos, e analisar os resultados obtidos no decorrer do bimestre letivo.

Participação Comunitária e Conhecimento da Avaliação

Hoje, um dos grandes problemas sociais diz respeito à participação da comunidade no processo de avaliação. Os cidadãos convivem com as indecisões governamentais, com uma estrutura econômica capitalista, que visa o lucro acima de tudo e os dramas sociais para cada brasileiro, não são melhorados, pois, na lei selvagem deste capitalismo moderno, não há espaço para se resolver problemas financeiros da classe menos favorecida. Assim, o sub-emprego e o salário irrisório, fazem parte do jogo capitalista, de forma a manter a eterna luta de oprimidos e opressores, dominados e dominadores, pobres e ricos. Desta forma, temos que entender a comunidade onde está inserida a escola que convivemos, pois ela faz parte de um contexto mais amplo, gerador das distorções gerais encontradas.

A comunidade começa a participar da escola no exato momento em que a procura para matricular seus filhos. Cobra da escola qualidade de ensino, o aproveitamento dos alunos, a redução de repetência, o bom atendimento aos alunos, as boas maneiras dos professores, exige ordem e respeito. Enfim, a escola é o alvo de pais, alunos, políticos e imprensa. E, todo o trabalho didático-pedagógico é questionado pela comunidade, principalmente quando há problemas com alunos, no sentido da disciplina e da reprovação ou desistência forçada de alunos-problemas, que consistem os casos raros

de adaptação ao ambiente escolar.

A comunidade, por sua vez, precisa entender que sua ação, apenas de cobrar resultados da escola, precisa ser repensada, e que uma nova postura precisa ser tomada. Atualmente os alunos possuem mais problemas, pois são frutos de uma sociedade desigual e desumana, os pais, também enfrentam sérios problemas na educação de seus filhos e na própria relação familiar.

A família sofreu profundas modificações na sociedade atual, onde os cônjuges trabalham fora, os filhos ficam com babás, em creches, ou com irmãos mais velhos. A televisão é o ponto de encontro noturno com a família, onde a mesma penetra nos lares nem sempre com programas de bom exemplo aos jovens, e o diálogo familiar, bem como o entendimento mútuo e o relacionamento humano e fraterno, foram substituídos apenas pelo silêncio, pois não se pode deixar de assistir filmes, novelas, comerciais, etc, o que só contribui para dificultar o papel dos pais na educação de seus filhos.

A dificuldade que a escola atual está enfrentando para agradar o aluno, despertar o seu interesse pelos estudos e fazer com que ele entenda a necessidade de aprender, está de certa forma relacionada com a dificuldade dos pais entenderem os seus filhos e despertarem neles um espírito crítico e criativo diante da nova realidade social.

Então, faz-se necessário uma união entre escola e comunidade, pais e professores, para que em conjunto, busquem soluções para os problemas educacionais dos jovens. A escola terá que ser aberta, democrática, participativa, dotada de mecanismos específicos, para atender sua comunidade seja ela como for, com todas as suas limitações e restrições. Os pais precisarão encontrar na escola, o ponto de apoio para serem auxiliados na sua difícil tarefa de educar os filhos.

Entende-se que a comunidade auxiliará muito a escola, no sentido de fazer o aluno permanecer na mesma e também aprender o suficiente para a sua promoção satisfatória, no momento em que ele sentir e entender a sua importância como agente transformador da comunidade.

A escola não pode continuar alienada aos problemas sociais, e seu papel restrito de repassar o saber elaborado tem que acabar. Do contrário, a sua utilidade na comunidade continuará como um corpo estranho, onde a evasão e a repetência continuarão sendo os cruciais problemas escolares, principalmente numa região, onde os problemas sócio-econômicos e familiares são excessivos se a mesma não mudar a função existencial.

4. A Avaliação como Aprendizagem de Cidadania

Quando falamos em avaliação, podemos remeter-nos imediatamente ao nosso país, a sociedade em que vivemos, a escola a que pertencemos, a nossa família e, também, a nós mesmos. Avaliar não é uma simples tarefa conclusiva, mas é conteúdo necessário ao desenvolvimento de um pensamento fundado em princípios éticos: *avaliar é um aprendizado de cidadania*.

É claro que o Brasil precisa ser avaliado e reavaliado pelos brasileiros sempre. As últimas décadas testemunharam o fracasso de um projeto político que não incluía o povo, o fracasso de um modelo de desenvolvimento que não dava espaço à ação coletiva e à formação de sujeitos construídos

para a não sujeição. “Era” um Brasil que não se avaliava enquanto nação, porque não “sabia” fazê-lo.

A sociedade brasileira precisa pensar em novos rumos e para isso é necessário aprender a fazer a avaliação de seus erros, além de assumir seus acertos referenciais.

Pensar e querer uma escola inserida no nosso tempo e que aponte para além dele, é pensar e querer uma escola cidadã - formadora de alunos capazes de viver o exercício da cidadania, ou seja, formadora de homens conscientes do seu papel na sociedade.

Talvez, no processo avaliativo, a nossa primeira tarefa seja perguntar ao professor o que é avaliar. Será a avaliação um instrumento destinado a medir o conhecimento dos alunos? Será um instrumento formal e cristalizado que serve para legitimar a atribuição das notas nos boletins escolares? Afinal, para que serve a avaliação e quando se faz necessária? É preciso que o professor pense sobre isso e tenha clareza sobre esse conceito.

Avaliar, antes de ser a análise de uma questão pontual, é uma síntese e, assim, precisa ser pensada como totalidade, que abarca do início ao fim uma etapa determinada. Na escola, a avaliação só tem sentido se for para o aluno um aprendizado, para que nela e na vida, ele se avalie e se auto-avalie sempre e se construa dessa maneira.

Quem estabeleceu que a avaliação é tarefa restrita ao professor, talvez tenha considerado que o aluno deve ser o passivo aprendiz de seus “mestres”.

Não é difícil perceber que a avaliação é arbitrária, pois sempre deixará de considerar um aspecto da realidade que deveria ter sido considerado. A realidade é sempre mais rica do que aquilo que captamos dela, mas, mesmo assim, é preciso que a avaliação seja feita. É por isso que avaliar é uma constante busca, um contínuo desejo de abarcar a realidade que sempre é mais rica.

De outra forma, devemos considerar que avaliar não é um mero instrumento para lançar notas, mas, antes, é um aprendizado para o cotidiano de qualquer pessoa. Se o professor sozinho não é capaz de avaliar, e principalmente, ao fazê-lo, corre o risco de ensinar aos alunos que a avaliação é ato de autoridade; então, é preciso trocar o segredo pela transparência.

Para Almeida (1995), é necessário que no processo de avaliação, a ação seja coletiva, onde professor e aluno, juntos, perguntem e respondam; consigam dizer o que pode ser considerado certo e errado; sim e não; reprovem-se, recuperem-se e aprovem-se. A avaliação deve ser concebida como espaço de argumentação, como processo ético de racionalização.

Conclusão

Pode-se dizer que, atualmente, a família pouco participa da escola, mas, cobra dela aquilo que não consegue fazer. A complexidade da vida moderna, a sociedade de consumo, gerando lutas de classe, a busca por melhores condições de vida, a luta pela subsistência da família, leva pai e mãe a buscar muitas vezes mais de um emprego numa sobrecarga de tempo, esforço, prejuízo a saúde e a vida. Para que os filhos não fiquem ociosos, candidatos à delinquência são enviados à escola, que passa a ser o agente da educação no lugar dos pais. A verdade é que, os pais não participam, a

comunidade se afasta, e as cobranças são tantas que a escola acaba sobrecarregada no desempenho de tantas funções, onde termina por se mostrar incapaz e inadequada. Entende-se também que o professor, como qualquer agente social, também está perpassado por essas condições. Ele precisa rever sua prática pedagógica, questionar o seu saber, aguçar a sua capacidade de livre arbítrio e mudar radicalmente para que possa atingir um novo modo de ser. Trabalhar para que o seu método de ensinar seja eficiente, contribuindo para a competência de seus alunos. A educação, antes de se preocupar com a formação elaborada deve desenvolver o espírito de cidadania.

Referências

- ALMEIDA, C. S. de. **A seletividade escolar e as relações sociais no cotidiano da escola**. Cuiabá: UFMT/INEP, 1993.
- ALMEIDA, C. S. de. Avaliação como aprendizagem de cidadania. **Revista da Educação**. Brasília: AEC, jan./mar. 1995.
- AZANHA, J. M. P. **Educação**: temas polêmicos. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2003. 322 p.
- LUCK, H.; CARNEIRO, D. G. **Desenvolvimento afetivo na escola**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LUCKESI, C. C. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. **Revista da Associação Nacional de Educação**. São Paulo, 1986.
- PRANDI, L. R. **Uma análise do sistema de avaliação educativa dentro dos novos paradigmas da educação**. 1999. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade de Guarulhos, São Paulo, 1999.
- VIANNA, H. M. **Introdução à avaliação educacional**. São Paulo: Ibrasa, 1998.